

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta de Notícias

Class.: Amaz./Dismat.

Data: 04/02/82

Pg.: 398

CPI da Devastação da Amazônia Sugere Prioridades Para Região

BRASÍLIA — A CPI da Devastação da Amazônia, de iniciativa do senador Evandro Carneira (PT-AM), aprovou o relatório do senador Aloysio Chaves (PDS-PA) que recomenda, para a preservação do ecossistema amazônico, «a mais alta prioridade» na elaboração e execução de planos e programas de pesquisa científica e tecnológica na região, bem como a adoção de técnicas e métodos de exploração regional de seus recursos, de forma que não sejam predatórios.

Recomenda ainda, o relator da CPI da Devastação da Amazônia que seja substituído com força de Lei «um zoneamento ecológico-econômico» da Amazônia, que estabeleça normas para o uso do espaço amazônico, definindo as áreas adequadas destinadas à preservação e conservação de ecossistemas, à ocupação rural e urbana, assim como medidas referentes às atividades agrícolas, pecuárias, de mineração, de energia elétrica de origem hídrica e de abertura de eixos viários.

No parecer de Aloysio Chaves é recomendada a criação de órgãos federais específicos para, de forma efetiva e eficaz, fiscalizar o cumprimento das normas legais de preservação ambiental na região, incluídas aquelas que vierem a ser estabelecidas pelo zoneamento.

O relatório, de 122 páginas, defende entre outras medidas, a restrição à concessão de incentivos pela SUDAM a projetos agropecuários localizados em áreas de florestas equatorial; a criação, pelo IBDF, de grandes reservas florestais, como a do Tapajós; o estabelecimento de efetiva demarcação de reservas indígenas, através da FUNAI; a interdição de grandes áreas habitadas indígenas, aguardando-se melhor definição de seu aproveitamento e divisão racional como as terras dos YONAMAMI.

Lembra o senador Aloysio Chaves que, apesar dessas medidas, por seu caráter isolado e específico, «a ocupação da região continua a produzir danos, em alguns casos provavelmente graves, ao ecossistema amazônico».

Defende ele, para a preservação e exploração racional da região, uma política global que abranja todos os aspectos envolvidos, e cuja efetiva implantação e execução se faça pela ação coordenada dos

órgãos oficiais de todos os níveis de governo envolvidos.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a

devastação da Amazônia vai a plenário no Senado para discussão e votação, na próxima legislatura, pois a presente encerra-se amanhã, domingo.